

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO/MA

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 007/2026

OBJETO

Contratação de empresa especializada para Locação de Artigos de Decoração e Ornamentação para atender as demandas e eventos culturais do município de Porto Franco-MA.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 775.625,16

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/05/2026, às 15:00h (quinze horas) horário de Brasília

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA

Aberto

REGISTRO DE PREÇO

SIM

BENEFÍCIOS ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

GARANTIA DA PROPOSTA

SIM – 1% do valor total da proposta

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO

<https://www.licitanet.com.br>



Sumário

1. DO OBJETO:.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS:	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:	3
4. DO CREDENCIAMENTO:.....	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:	6
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES: 9	
8. DA FASE DE JULGAMENTO:	12
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:	14
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:	15
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:.....	16
12. DOS RECURSOS:	17
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:	18
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:	20
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:.....	20

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO/MA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 021/2026-SMA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

EDITAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 06.208.946/0001-24, por meio da COMISSÃO DE CONTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, com sede na Praça Demétrio Milhomem, nº 10, Centro, neste município de Porto Franco/MA, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, no dia **15 de maio de 2026**, às 15h00min, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para Locação de Artigos de Decoração e Ornamentação para atender as demandas e eventos culturais do município de Porto Franco-MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 69 (sessenta e nove) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem credenciados para execução dos serviços equivalentes ao objeto do presente Edital e **tenham realizado garantia da proposta no momento do cadastramento da proposta**, desde que não infrinjam o art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e estejam em condições de atender todas as exigências do presente Edital e que estejam prévia e devidamente credenciadas, através do site <https://www.licitanet.com.br>.

3.1.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes da licitação deverão confirmar seu enquadramento e condição, através de Declaração registrada em campo específico do sistema LICITANET.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à

alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4.1. A obtenção de benefícios a que se refere o art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO CREDENCIAMENTO:

4.1. Os (As) licitantes interessados(as) deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br>.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este certame.

4.4. O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

- 4.5. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu(ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Porto Franco/MA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.
- 4.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021.
- 4.8. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário impedimento da proponente, no referido certame.
- 4.9. Não cabe as(aos) licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as(os) licitantes deverão ler atentamente este Edital e seus Anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do Termo de Referência - Anexo I.
- 4.10. Como requisito para participação neste certame o(a) licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, de agora em diante denominado apenas Sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descrição técnica constante do Termo de Referência - Anexo I.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (<https://www.licitanet.com.br>), a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. Os (As) licitantes deverão ainda, encaminhar exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://www.licitanet.com.br>), os documentos de habilitação e as declarações conforme exigidos neste edital. Entretanto os documentos de habilitação somente serão exigidos decorridos a fase de lances e apenas do licitante vencedor.
- 5.4. **Da garantia da Proposta:** Será exigida garantia da proposta no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/21, a ser exigida de todos os licitantes, em qualquer uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei 14.133/21.
- 5.5. Cabe ressaltar, que a garantia da proposta deverá ser realizada no momento do cadastramento da proposta, sob pena de desclassificação.

- 5.5.1. A garantia da proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, ou da data em que for fracassada a licitação.
- 5.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.6.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 5.6.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
 - 5.6.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
 - 5.6.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts.42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.6 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor Unitário e Total do Item;

6.1.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.1.3. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.7.4. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.9. As propostas registradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação do licitante na proposta registrada, esta será desclassificada pelo(a) Pregoeiro(a).

6.10. O(A) licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I, prevalecerá às últimas.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**, nos termos da Lei 14.133/2021.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.18.2.2. empresas brasileiras;

7.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO:

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1 e 5.8 deste edital.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.](#)

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso do objeto desta licitação, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

9.1. As licitantes deverão encaminhar exclusivamente por meio do sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br> os Documentos de Habilitação previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou outro cadastro que obedeça a Lei 14.133 de 2021.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio através dos documentos inseridos na plataforma Licitanet.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11. A exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.1.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado;

10.8. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no DOM e publicação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, possibilitada a renovação do saldo da ata, nos termos do Decreto Municipal nº 015/2024.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS:

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portofranco.ma.gov.br/>.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. fraudar a licitação;

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

- 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pela plataforma Licitanet.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o

primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico www.portofranco.ma.gov.br/ e na plataforma www.licitanet.com.br.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

15.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

15.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

15.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços.

Porto Franco/MA, 27 de abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Valderice da Mota Neves - Secretária Municipal de Administração e
Ordenadora de Despesas

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2026-SMA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Contratação de empresa especializada para Locação de Artigos de Decoração e Ornamentação para atender as demandas e eventos culturais do município de Porto Franco-MA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição dos Serviços	Unid.	Quant.	V. Unit.	V. Total
1	Locação de varal de luzes com 50 metros de extensão, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	8	1.095,61	8.764,88
2	Locação de lâmpada bolinha G-45 3W E-27 3000K, modelo Apollo, indicada para iluminação decorativa com luz suave de tonalidade 3000K, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	400	13,06	5.224,00
3	Locação de fita LED chata 5050, com potência de 4,8W e 60 LEDs/m, temperatura de cor 3000K, compatível com voltagem de 110V ou 220V, com comprimento de 50 metros, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Rolos	10	2.073,30	20.733,00
4	Locação de guarda-chuva colorido para decoração, com cabo de metal e tecido em poliéster ou nylon, tamanho redondo, com Diâmetro de 1,60 metros, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	100	74,40	7.440,00
5	Locação de tecido de malha de poliamida para decoração e cobertura, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	300	56,71	17.013,00
6	Locação de tecido lycra tensionada, esticável, para decoração e cobertura, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	200	62,08	12.416,00
7	Locação de sombrinhas modelo Arco-íris, para decoração do evento, em cores vibrantes e com estrutura adequada para exposição, medindo aproximadamente 60 cm de diâmetro por 50 cm de altura, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	100	84,25	8.425,00
8	Locação de tecido tule, para decoração e cobertura de espaços no evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	100	19,98	1.998,00
9	Locação de tecido voal, para decoração e cobertura de espaços no evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	200	41,84	8.368,00
10	Locação de trono, composto por poltrona decorativa medindo aproximadamente 1 metro de largura, 1 metro de profundidade e 1,20 metro de altura, acompanhada de tapete decorativo (2m x 1,5m) e ornamentação com flores e tecidos, destinado ao uso em fotos ou homenagens durante o evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2	3.952,45	7.904,90
11	Locação de painel ripado em PVC, medindo 3 metros de altura por 4 metros de largura, confeccionado em material resistente e de acabamento sofisticado, com detalhes decorativos em folhagens artificiais, ideal para compor a ambientação e valorizar esteticamente o evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2	7.655,82	15.311,64
12	Locação de luminária decorativa em formato triangular, medindo 1 metro de altura por 70 cm de largura, confeccionada em estrutura metálica (metalon) e revestida com corda de sisal ou palha natural, equipada com lâmpada de filamento, proporcionando iluminação acolhedora e estilo rústico ao ambiente do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	10	984,33	9.843,30

13	Locação de esteira confeccionada em material natural ou sintético, com acabamento artesanal e design versátil, destinada à utilização como elemento decorativo em ambientes internos ou externos. o item pode ser disposto sobre móveis, pendurado em paredes ou utilizado como base para objetos ornamentais, conferindo ao espaço um aspecto rústico, acolhedor e culturalmente valorizado, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	60	149,63	8.977,80
14	Locação de Mandala rústica decorativa, confeccionada em palha natural trançada manualmente, com acabamento artesanal e textura orgânica. Apresenta desenho circular com tramas geométricas, valorizando o aspecto rústico e natural da peça. Medidas aproximadas: 1,50 m de largura e 1,20 m de altura, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	15	447,62	6.714,30
15	Locação de Potes de vidro transparente gigantes, com 60 cm de altura e 30 cm de diâmetro, com acabamento rústico, para ambientação e decoração, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	10	826,35	8.263,50
16	Locação de Carpete sintético para forração, confeccionado em material resistente, com espessura aproximada de 3 mm, proporcionando superfície uniforme e bom acabamento visual. Possui textura lisa e resina em ambos os lados, facilitando a limpeza e garantindo maior durabilidade. Material flexível, de fácil manuseio e corte, com 2,00 m de largura, comercializado por metro linear, conforme a necessidade, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	150	85,22	12.783,00
17	Locação de lâmpada de LED vintage, com design retrô e filamentos aparentes, em formato globo e vidro âmbar. Possui potência de 4 W, base E27 e funcionamento em tensão bivolt (100-240 V). Emite luz âmbar quente, proporcionando efeito decorativo aconchegante, aliando estética clássica a baixo consumo de energia e boa durabilidade, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	50	64,73	3.236,50
18	Locação de grama sintética com medida de 1x2m, confeccionada com fibras de polietileno e polipropileno de alta resistência, com altura média de 20 mm, tonalidade verde natural e acabamento que reproduz fielmente a aparência da grama natural, resistente a tráfego moderado, ideal para decoração e aplicação em praias, praças, parques e jardins públicos, proporcionando cobertura uniforme, textura macia e visual agradável, com fácil manutenção, alta durabilidade e boa adaptação a diferentes condições climáticas, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	20	338,61	6.772,20
19	Locação de Refletor LED Slim 50W, com tensão bivolt (110V/220V), proteção IP65 (resistente à água e poeira), carcaça na cor preta, corpo em alumínio com acabamento resistente à corrosão, potência de 50 watts, temperatura de cor 3000K (luz quente), alto rendimento luminotécnico e baixo consumo de energia. Equipamento adequado para iluminação externa em praças, decoração, jardins, fachadas e vias públicas, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	20	223,47	4.469,40
20	Locação de placas de folhagens artificiais pendentes, fabricadas em plástico, com dimensões de 60x90 destinadas à decoração do evento, proporcionando um toque natural e elegante ao ambiente, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Peças	150	91,41	13.711,50
21	Locação de bambolê carnavalesco vertical, confeccionado em plástico firme, com diâmetro de 1,20 m, revestido com fitas de cetim. Cada fita de cetim possui aproximadamente 1,40 m de comprimento, proporcionando melhor visibilidade e efeito luminoso durante o uso, sendo as cores de acordo com a escolha da Administração, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	10	866,13	8.661,30

22	Locação de bambolê carnavalesco estilo mandala, confeccionado em plástico firme, com diâmetro de 1,20 m, revestido com fitas de cetim. As fitas são dispostas radialmente a partir do centro, formando desenho tipo mandala, com composição multicolorida, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	10	1.103,12	11.031,20
23	Locação de fofão decorativo carnavalesco, confeccionado em tecido estampado multicolorido, com enchimento interno em espuma, proporcionando volume, leveza e melhor acabamento estrutural. A peça apresenta detalhes decorativos aplicados em tecido e adereços coloridos. Medidas aproximadas: 1,60 m de altura e 1,00 m de largura, incluindo montagem e manutenção.	Unidades	2	3.640,27	7.280,54
24	Locação de guarda-chuva sombrinha Frevo Dança, confeccionado em plástico poliéster com ferro galvanizado e madeira, medindo 50 cm de altura por 35 cm de diâmetro, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	100	64,43	6.443,00
25	Locação de figura decorativa de máscara G, 3D colorida, fabricada em estrutura de metalon, revestida em tecido. Possui acabamentos em fita de cetim, com toda a peça contornada por fita de LED, garantindo brilho uniforme, melhor acabamento visual e suavidade na iluminação. Medidas: 2,20 m de largura e 1,20 m de altura, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	4	3.514,75	14.059,00
26	Locação de figura decorativa de máscara gatinho, colorida, fabricada em estrutura de metalon, revestida em tecido. Possui acabamentos em fita de cetim, com toda a peça contornada por fita de LED, garantindo brilho uniforme, melhor acabamento visual e suavidade na iluminação. Medidas: 1,50 m de largura e 0,80 m de altura, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	4	2.761,59	11.046,36
27	Locação de tecido cetim, com largura de 3 metros, para decoração, cores a serem escolhidas pela administração, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	200	56,48	11.296,00
28	Locação de varal decorativo confeccionado em corda náutica com aplicação de fitas de cetim, medindo aproximadamente 40 x 10 cm cada fita, em pacotes/rolo de 50 metros, para decoração do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	35	443,60	15.526,00
29	Locação de bandeirolas plásticas, medidas 21x28 cm, pacote com 10 metros, para decoração do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Pacotes	100	60,25	6.025,00
30	Locação de bandeirolas de cetim, medidas 21x28 cm, pacote com 10 metros, para decoração do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Pacotes	400	84,90	33.960,00
31	Locação de bandeirolas de chita, medidas 21x28 cm, pacote com 10 metros, para decoração do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Pacotes	100	94,32	9.432,00
32	Locação de figura decorativa em formato de balão, confeccionado em nylon dublado, com dimensões de 200 cm de altura por 70 cm de diâmetro, estruturado em armação metálica (metalon) para sustentação e iluminação interna com lâmpada de filamento, destinado à ambientação e valorização estética do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	4	2.824,98	11.299,92
33	Locação de figura decorativa balão decorativo de nylon pequeno, com medidas de 35x35 cm, para decoração do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	300	35,96	10.788,00
34	Locação de figura decorativa espantalho confeccionado em tecido e espuma, com altura de 2 metros, para decoração do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	4	3.160,02	12.640,08
35	Locação de figura decorativa fogueira junina 3D, com pintura esmaltada, medidas de 120 cm de altura, 120 cm de largura e 100 cm de comprimento, espessura de 2 mm, para decoração do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2	2.552,52	5.105,04

36	Locação de portal junino/country, com pintura esmaltada, medidas de 260 cm de altura e 210 cm de largura, espessura de 2 mm, para decoração do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	4	3.506,12	14.024,48
37	Locação de tecido 100% juta natural, para artesanato e decoração, com largura de 1 metro, cor cru, para decoração do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	400	61,15	24.460,00
38	Locação de tecido chita estampada, para decoração do evento, com medidas de 1 metro de largura e comprimento variável conforme necessidade, em padrão de cores e estampas típicas, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	300	32,26	9.678,00
39	Locação de chapéu caipira de palha, modelo rústico, ideal para festas juninas, fantasias e decoração temática. Fabricado com 90% palha e 10% poliéster, leve e confortável, com medida de 34 cm de altura, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	200	41,22	8.244,00
40	Locação de chapéu country fabricado com 90% palha e 10% poliéster, leve e confortável para uso em decoração, com medida de 34 cm de altura, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	200	73,45	14.690,00
41	Locação de Fardo de feno compactado, medindo 1 metro de comprimento, 50 cm de largura e 40 cm de altura, para decoração temática do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	30	75,58	2.267,40
42	Locação de corda de sisal com comprimento de 1 metro e diâmetro de 6 mm, confeccionada com fibras naturais de alta resistência, torção uniforme e acabamento rústico, ideal para uso em amarrações, decoração, jardinagem, artesanato e aplicações diversas em áreas internas e externas, oferecendo boa durabilidade, flexibilidade e resistência à tração, com aspecto natural e biodegradável, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	100	15,20	1.520,00
43	Locação de casinha de madeira decorativa para Festa Junina, confeccionada em estrutura de madeira com acabamento rústico, em formato típico junino, com telhado em duas águas e cobertura em palha, telha ecológica ou material equivalente, garantindo estabilidade e segurança. O item deverá conter decoração temática junina com bandeirolas coloridas, tecidos estampados, palha e demais elementos característicos, destinados à composição cenográfica, conforme necessidades da Administração, atendendo às normas de segurança e qualidade para eventos públicos, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	4	8.398,11	33.592,44
44	Locação de painel decorativo temático junino, confeccionado em MDF, lona ou material equivalente, com impressão colorida de alta resolução, representando elementos típicos do São João, destinado à ambientação e registro fotográfico, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2	5.103,78	10.207,56
45	Locação de cascata de luz fixa, fio branco, luz quente de LEDs 220V com 10 metros de comprimento. Tipo de luz: fixa (não pisca), com voltagem de 220V e luz amarela (branco quente). Fabricada em LED, com fio na cor branca e conector macho, saída fêmea, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	40	343,72	13.748,80
46	Locação de chuva de meteoros, composto por 8 tubos, com comprimento total aproximado de 2 metros, fio transparente, luz nas cores branco frio, branco quente, azul ou colorido, e tubo transparente. A voltagem é bivolt (110V/220V), com altura de 50 cm por tubo. O modo de uso é tanto interno quanto externo, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	20	263,76	5.275,20
47	Locação de cordão (piscas) de micro lâmpadas fixa, fio verde, com 500 LEDs, 8 funções de LED, luz branca, voltagem de 127V ou 220V, potência de 2.3W, comprimento de 9,5 metros e conector	Rolos	200	67,48	13.496,00

	macho. O produto é resistente à água, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.				
48	Locação de cortina de LED, com 5 metros de comprimento e 2 metros de largura, contendo 300 LEDs, fio transparente, controle remoto com 8 funções e luz branca morna, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	20	351,61	7.032,20
49	Locação de figura decorativa Papai Noel Trade Presente 3D, fabricada em polietileno de alta densidade, material não reciclado, atóxico, antiaderente, com baixo coeficiente de atrito e isolante térmico, com 2 mm de espessura, nas medidas de 1,60 m de altura, 1,30 m de comprimento e 2 mm de largura. A base é totalmente resistente, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2	3.621,10	7.242,20
50	Locação de mangueira luminosa de led, medindo 100m de comprimento, 13mm de diâmetro, com 36 leds em cada metro, rolo com 100 m, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	22	1.586,06	34.893,32
51	Locação de painel para fachada "boas festas" colorido, fabricado em metalon e mangueira de led, nas medidas 8,00x2,50 metros (largura x altura), com base totalmente resistente e furos para fixação, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2	12.463,89	24.927,78
52	Locação de Bola de Natal (conjunto), composto por 6 bolas de natal nas cores vermelho, azul, dourado e prata, confeccionadas em fibra de vidro, com pintura em esmalte sintético e verniz, medindo 0,40m de diâmetro, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Kits	26	99,14	2.577,64
53	Locação de Festão Verde Aramado para Árvore de Natal, medindo 270 cm de comprimento e 30 cm de largura, composto por plástico e metal, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	30	221,26	6.637,80
54	Locação de Festão Imperial 180 cm × 100 t para decoração natalina, com 180 cm de comprimento, com aparência volumosa e acabamento em tonalidade verde, ideal para complementar ambientes internos e externos. O produto é composto por material plástico de alta qualidade e aramado metálico flexível, garantindo versatilidade e resistência para decorações diversas, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	80	79,62	6.369,60
55	Locação de Figura Decorativa Laço Completo P, medindo 0,40x 0,20 (altura e largura). Laço de Natal nas cores vermelho com dourado e glitter, confeccionado em poliéster e tecido, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	60	42,32	2.539,20
56	Revitalização de figuras decorativas para postes, confeccionadas em metalon, revestidas com mangueiras luminosas de 11mm, com serviços de solda e pintura metálica, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	30	614,65	18.439,50
57	Revitalização de árvore de natal luminosa, confeccionada em estrutura metálica com fechamento em cabo metálico ou tela metálica galvanizada hexagonal com 8 camadas, medindo 12 metros de altura e 8 metros de circunferência, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2	5.276,16	10.552,32
58	Revitalização de painel para fachada "boas festas" colorido, fabricado em metalon e mangueira de led, nas medidas 8,00x2,50 metros (largura x altura), com base totalmente resistente e furos para fixação, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2	2.890,71	5.781,42
59	Revitalização de figura decorativa Trenô Noel Trio Rena, com faixa e travessia, produzida em ferro, metalon e cordões de LED, com medidas de 8,00 m de largura e 1,80 m de altura. A base é totalmente resistente, com furos para fixação, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2	3.628,85	7.257,70
60	Locação de túnel iluminado, com dimensões de 3,0 m de altura, 2,0 m de largura e 5,0 m de comprimento. a estrutura é fabricada em metalon 20 mm x 20 mm, com suporte adequado para fixação	Unidades	2	14.260,72	28.521,44

	ao solo, recebendo pintura em tinta esmalte sintético na cor branca, com proteção anticorrosiva, resistente à exposição às intempéries e livre de arranhões, manchas, partes danificadas ou qualquer outro elemento que possa comprometer sua apresentação visual ou integridade estrutural. o túnel é contornado e preenchido com mangueira luminosa led na cor branco quente, em pvc flexível extrusado de 13 mm de diâmetro, com cordão de led blindado, fio transparente, espaçamento aproximado de 0,10 m entre as lâmpadas, mínimo de 10 leds por metro e distância máxima de preenchimento entre cordões de 0,04 m, proporcionando efeito de iluminação homogênea. o fechamento é realizado com tela de silicone flexível, em cor compatível à do led utilizado, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.				
61	Locação de letreiro "2027" 3d, fabricado em metalon com 2 metros de altura, sendo cada número com 0,80cm de e 0,30 m de profundidade, possuindo base totalmente resistente com furos para fixação, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2	7.405,97	14.811,94
62	Locação de enfeite natalino modelo rena luminosa com altura aproximada 1,40m com no mínimo 130 lâmpadas de led na cor branco quente. estrutura na cor branca. led blindado para uso em área externa. material: ferro e plástico. alimentação 220v, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2	5.086,67	10.173,34
63	Locação de anjo celestial com asas alta, com dimensões mínimas de: 2,20M de altura x 1,45m de largura x 0,80 de profundidade, fabricado em estrutura mínima de metalon 15mm x 15mm, com aplicação de tinta esmalte sintético com proteção anticorrosiva na cor branca, resistente a exposição às intempéries, livre de arranhões, manchas, partes danificadas ou qualquer outro elemento que afete sua apresentação visual ou integridade estrutural, contornado com aplicação de mangueira luminosa incandescente na cor azul (corpo) e branco frio (asas) branco quente (cabeça), em pvc flexível extrusado, de 13mm de diâmetro, preenchidas com cordão de led blindado na cor branco frio, alternado a cada 04 lâmpadas como uma lâmpada com efeito de "pisca" na cor branco frio (temperatura da cor entre 6000k e 6500k), fio transparente com espaçamento aproximado de 0,10m entre as lâmpadas e mínimo 10 leds por metro de cordão, com distância de preenchimento máxima entre cordões de 0,04m, lâmpadas led de 5mm ou mais. fechado com tela de silicone flexível na cor compatível a cor do led utilizado, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2	3.402,07	6.804,14
64	Locação de arabesco em formato de bota 3d com dimensões mínimas de: 2,00m de altura x 1,30m de largura x 0,80 de profundidade, fabricado em estrutura mínima de metalon 20mm x 20mm, com aplicação de tinta esmalte sintético com proteção anticorrosiva na cor branca, resistente a exposição às intempéries, livre de arranhões, manchas, partes danificadas ou qualquer outro elemento que afete sua apresentação visual ou integridade estrutural, contornado com mangueira luminosa incandescente na cor branco quente/branco frio, em pvc flexível extrusado, de 13mm de diâmetro, preenchidas com cordão de led blindado na cor vermelha e branco frio, alternado a cada 04 lâmpadas como uma lâmpada com efeito de "pisca" na cor branco frio (temperatura da cor entre 6000k e 6500k), fio transparente com espaçamento aproximado de 0,10m entre as lâmpadas e mínimo 10 leds por metro de cordão, com distância de preenchimento máxima entre cordões de 0,04m, lâmpadas led de 5mm ou mais. fechado com tela de silicone flexível na cor compatível a cor do led utilizado, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2	3.441,92	6.883,84
65	Locação de banco de lua, medindo 180cm de altura x 180cm de	Unidades	2	3.616,92	7.233,84

	largura, banco confeccionado em ripas pintadas, medindo 0,60cm de largura, base de ferro com metalon 30x30, pintura automotiva, lua luminosa confeccionada em metalon 20x20, mangueira na cor branca com led branco, e 2500 leds de pisca branco, cordão leitoso na cor branca, blindado, plug macho e fêmea para melhor encaixe, bivolt, aterramento e ligações com fita de auto fusão, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.				
66	Locação de árvore cerejeira com 3 metros de altura x 2,00 metros de largura, função rgb mínimo de 06 cores, contendo no mínimo 04 galhos, folhagem, contendo mínimo de 8000 folhas, e mínimo de 8000 leds na função rgb, tronco tipo natural na cor marrom, composta de ferro, gesso e fibra para melhor durabilidade e suporta chuvas e ventos, com suporte de fixação de 20cm de largura x 1,00m de altura para fixação em solo, aterramento com barra de 1,5m, pintura a base de água, tensão 220v, cabos de aço para dar suporte a árvore, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2	14.625,76	29.251,52
67	Locação de de árvore de natal luminosa, confeccionada em estrutura metálica com fechamento em cabo metálico ou tela metálica galvanizada hexagonal, medindo 3 metros de altura e 1,5 metros de circunferência, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2	5.199,62	10.399,24
68	Locação de vela natalina decorada 3d fabricada em p.s, 2mm de espessura, medindo 2,05m x 0,40m (altura x largura), base resistente em madeira com furos para fixação. acabamento liso e pintura esmaltada. cores a definir, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2	2.871,74	5.743,48
69	Locação de estrela 5 pontas 3d, dimensões mínimas de: 1,80m de altura x 1,80m de largura x 0,35 de profundidade e suporte de fixação ao solo, fabricado em estrutura mínima de metalon 20mm x 20mm, com aplicação de tinta esmalte com proteção anticorrosiva na cor branca resistente a exposição às intempéries, livre de arranhões, manchas, partes danificadas ou qualquer outro elemento que afete sua apresentação visual ou integridade estrutural, contornado com aplicação de mangueira luminosa incandescente na cor (à definir), em pvc flexível extrusado, de 13mm de diâmetro, preenchido com cordão de led blindado (à definir), fio transparente com espaçamento aproximado de 0,10m entre as lâmpadas e mínimo 10 leds por metro de cordão, com distância de preenchimento máxima entre cordões de 0,04m, lâmpadas led de 5mm ou mais, formando ao centro um pequena estrela sem preenchimento e contornada com mangueira de led na mesma especificação acima. fechado com tela de silicone flexível na cor compatível a cor do led utilizado, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2	3.692,23	7.384,46
				TOTAL	775.625,16

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. Este Termo de Referência tem caráter preparatório, devendo se tornar público na fase externa do procedimento licitatório. O Estudo Técnico Preliminar está vinculado a este Termo de Referência, constituindo-se parte dele e deverá ser publicado juntamente com o Edital de Licitação;

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Local de Instalação

- Praças, parques e vias públicas previamente autorizadas pela Prefeitura.
- O fornecedor deverá realizar **vistoria técnica prévia** para adequar a montagem às condições do espaço.
- Respeito ao patrimônio público e garantia de **acessibilidade universal**.

Tempo Mínimo para Instalação e Desinstalação

- A empresa contratada deverá iniciar a montagem **em até 72 horas após o recebimento da ordem de serviço**.
- O prazo máximo para desmontagem após o término do evento será de 48 horas, evitando ocupação indevida de espaços públicos.
- Em eventos de grande porte, poderá ser exigido cronograma detalhado com fases de instalação.

CrITÉrios de Garantia dos Serviços

- Todos os artigos e estruturas devem ser entregues em **perfeito estado de conservação**, livres de defeitos.
- O fornecedor deve disponibilizar equipe técnica qualificada e assumir integralmente a responsabilidade pela montagem, operação e desmontagem das estruturas, garantindo segurança e conformidade com normas legais.
- O fornecedor deverá garantir a **substituição imediata** de qualquer item danificado ou inadequado, sem custo adicional para o município.

- Garantia de conformidade com normas técnicas e legais durante todo o período de uso. O contrato preverá cláusulas de **garantia, substituição imediata de itens defeituosos e responsabilidade por danos**, alinhadas ao Código de Defesa do Consumidor - CDC.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

5.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

5.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

5.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

5.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

5.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

5.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);



5.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

5.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

5.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

5.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

5.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

5.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

5.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

5.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

5.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

Do recebimento

6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

6.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

6.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

6.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

6.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

6.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

Liquidação

6.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.12. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.14.1. o prazo de validade;

6.14.2. a data da emissão;

6.14.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

6.14.4. o período respectivo de execução do contrato;

6.14.5. o valor a pagar; e

6.14.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

6.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM de correção monetária.

Forma de pagamento

6.24. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

6.28. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

6.29. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

6.30. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

6.31. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

6.32. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no

regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

6.33. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO global.

Regime de execução

7.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

7.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro

Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

7.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Capacidade técnico-operacional

7.22. Certidões ou Atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou a contento a entrega de objeto comatível

com o descrito no quantitativo estimado dos itens, devendo conter: locação ou fornecimento de artigos de decoração similares a descrição dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	no mínimo, 01 (um) túnel iluminado com dimensões 3mX2mX5m, em metalon 20X20 mm, com suporte adequado para fixação ao solo, com estrutura iluminada, ou superiores
2	no mínimo, 01 (uma) figura decorativa de no mínimo 2 metros de altura, em espuma, para eventos, ou superior
3	no mínimo, 01 (um) painel para fachada colorido, fabricado em metalon (ou similar) e mangueira de led, nas medidas 8,00x2,50 metros (largura x altura), ou superior.

7.22.1. Os demais itens que compõem o objeto da referida licitação dispensam a apresentação de certidões e atestados nos termos exigidos;

7.22.2. As certidões ou atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.22.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou certidões, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos para a verificação da conformidade com o descrito no atestado e o exigido para os serviços.

7.23. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

7.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

7.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.23.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.23.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

7.23.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

7.23.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

7.23.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

8.1. O custo estimado total desta contratação perfaz a importância de **R\$ 775.625,16** (setecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezesseis centavos), conforme valores médios unitários apostos em Anexo.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. A presente despesa possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, sendo compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, cuja dotação orçamentária será informada no momento da contratação.

Porto Franco/MA, 16 de abril de 2026.

MARIA CLARA DE SOUSA MILHOMEM
Equipe de Planejamento - Matrícula nº 947754

JOSE CARLOS DA SILVA
Equipe de Planejamento, Matrícula nº 949201



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

01. Informações Preliminares

Processo Administrativo nº 021/2026-SMA

02. Descrição da Necessidade

A Prefeitura Municipal de Porto Franco – MA realiza, ao longo do ano, uma série de eventos culturais, religiosos, cívicos e festivos que mobilizam a comunidade e utilizam espaços públicos como praças, parques e vias urbanas. Para que esses eventos tenham a ambientação adequada e transmitam a identidade cultural da cidade, há necessidade de artigos de decoração e estruturas temporárias que proporcionem beleza, conforto e segurança à população.

Essa demanda inclui ornamentação temática em datas comemorativas, iluminação decorativa, painéis, bandeiras, arcos e elementos visuais que reforcem o caráter festivo e turístico do município, além de estruturas de apoio como palcos, arquibancadas, camarotes, banheiros químicos e geradores de energia, dentre as demais descritas no Documento de Formalização da Demanda - DFD.

Entretanto, o município enfrenta limitações importantes: não dispõe de pessoal técnico capacitado para montagem e desmontagem dessas estruturas e tampouco possui espaço adequado para armazenamento. Isso aumenta significativamente o risco de deterioração e perda patrimonial caso os materiais sejam adquiridos, além de gerar custos adicionais com manutenção e logística.

O Estudo Técnico Preliminar deve, portanto, analisar alternativas que garantam eficiência, segurança e sustentabilidade, identificando a solução mais adequada para atender às necessidades da Prefeitura e da população de Porto Franco.

03. Área Demandantes

Área Demandante: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Responsável: EDVAN DA SILVA OLIVEIRA

04. Requisitos da Contratação

Sobre a contratação de artigos de decoração e estruturas para praças, parques e eventos, é necessário estabelecer requisitos claros que orientem a futura contratação:



Normas Técnicas Aplicáveis

- **ABNT NBR 15575** – desempenho de edificações, aplicável às estruturas temporárias em termos de segurança e estabilidade.
- **ABNT NBR 5410** – instalações elétricas de baixa tensão, para iluminação decorativa e geradores.
- **ABNT NBR 9077** – saídas de emergência em edificações, aplicável a arquibancadas e camarotes.
- **Normas do Corpo de Bombeiros do Maranhão** – exigências de segurança contra incêndio e pânico.
- **Normas de acessibilidade (ABNT NBR 9050)** – garantindo acesso adequado a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- O contratado deve apresentar todas as licenças necessárias (Corpo de Bombeiros, CREA, vigilância sanitária, quando aplicável) antes da instalação, assegurando que o evento esteja regularizado.

CrITÉrios de Sustentabilidade

- Utilização de **materiais recicláveis ou reutilizáveis** nas estruturas e artigos de decoração.
- Preferência por **iluminação LED** de baixo consumo energético.
- Planejamento de logística que reduza impactos ambientais, como transporte otimizado.
- **Gestão de resíduos**: descarte adequado e responsabilidade do fornecedor pela coleta pós-evento.

Local de Instalação

- Praças, parques e vias públicas previamente autorizadas pela Prefeitura.
- O fornecedor deverá realizar **vistoria técnica prévia** para adequar a montagem às condições do espaço.
- Respeito ao patrimônio público e garantia de **acessibilidade universal**.

Tempo Mínimo para Instalação e Desinstalação

- A empresa contratada deverá iniciar a montagem **em até 72 horas após o recebimento da ordem de serviço**.
- O prazo máximo para desmontagem após o término do evento será de **48 horas**, evitando ocupação indevida de espaços públicos.



- Em eventos de grande porte, poderá ser exigido cronograma detalhado com fases de instalação.

Critérios de Garantia dos Serviços

- Todos os artigos e estruturas devem ser entregues em **perfeito estado de conservação**, livres de defeitos.
- O fornecedor deve disponibilizar equipe técnica qualificada e assumir integralmente a responsabilidade pela montagem, operação e desmontagem das estruturas, garantindo segurança e conformidade com normas legais.
- O fornecedor deverá garantir a **substituição imediata** de qualquer item danificado ou inadequado, sem custo adicional para o município.
- Garantia de conformidade com normas técnicas e legais durante todo o período de uso. O contrato preverá cláusulas de **garantia, substituição imediata de itens defeituosos e responsabilidade por danos**, alinhadas ao Código de Defesa do Consumidor - CDC.

Critérios para Avaliação de Qualidade

- **Conformidade técnica:** atendimento às normas da ABNT e legislações locais.
- **Durabilidade e estética:** materiais resistentes e visualmente adequados ao tema do evento.
- **Segurança:** estabilidade estrutural, acessibilidade e prevenção de riscos.
- **Eficiência logística:** cumprimento dos prazos de montagem e desmontagem.

05. Estimativa das quantidades

A estimativa de quantidades para a contratação de artigos de decoração e estruturas temporárias deve considerar a experiência acumulada em eventos anteriores realizados pela Prefeitura, especialmente aqueles de maior porte como Carnaval, Festas Juninas, Natal e Réveillon, que mobilizam grande público e demandam ambientação festiva e infraestrutura adequada. Com base nessas referências, projeta-se a necessidade das seguintes estruturas:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1	varal de luzes com 50 metros de extensão, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	8
2	lâmpada bolinha G-45 3W E-27 3000K, modelo Apollo, indicada para iluminação decorativa com luz suave de tonalidade 3000K, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	400
3	fita LED chata 5050, com potência de 4,8W e 60 LEDs/m, temperatura de cor 3000K, compatível com voltagem de 110V ou 220V, com comprimento de 50 metros, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Rolos	10

4	guarda-chuva colorido para decoração, com cabo de metal e tecido em poliéster ou nylon, tamanho redondo, com Diâmetro de 1,60 metros, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	100
5	tecido de malha de poliamida para decoração e cobertura, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	300
6	tecido lycra tensionada, esticável, para decoração e cobertura, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	200
7	sombrinhas modelo Arco-íris, para decoração do evento, em cores vibrantes e com estrutura adequada para exposição, medindo aproximadamente 60 cm de diâmetro por 50 cm de altura, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	100
8	tecido tule, para decoração e cobertura de espaços no evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	100
9	tecido voal, para decoração e cobertura de espaços no evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	200
10	trono, composto por poltrona decorativa medindo aproximadamente 1 metro de largura, 1 metro de profundidade e 1,20 metro de altura, acompanhada de tapete decorativo (2m x 1,5m) e ornamentação com flores e tecidos, destinado ao uso em fotos ou homenagens durante o evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2
11	painel ripado em PVC, medindo 3 metros de altura por 4 metros de largura, confeccionado em material resistente e de acabamento sofisticado, com detalhes decorativos em folhagens artificiais, ideal para compor a ambientação e valorizar esteticamente o evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2
12	luminária decorativa em formato triangular, medindo 1 metro de altura por 70 cm de largura, confeccionada em estrutura metálica (metalon) e revestida com corda de sisal ou palha natural, equipada com lâmpada de filamento, proporcionando iluminação acolhedora e estilo rústico ao ambiente do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	10
13	esteira confeccionada em material natural ou sintético, com acabamento artesanal e design versátil, destinada à utilização como elemento decorativo em ambientes internos ou externos. o item pode ser disposto sobre móveis, pendurado em paredes ou utilizado como base para objetos ornamentais, conferindo ao espaço um aspecto rústico, acolhedor e culturalmente valorizado, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	60
14	Mandala rústica decorativa, confeccionada em palha natural trançada manualmente, com acabamento artesanal e textura orgânica. Apresenta desenho circular com tramas geométricas, valorizando o aspecto rústico e natural da peça. Medidas aproximadas: 1,50 m de largura e 1,20 m de altura, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	15
15	Potes de vidro transparente gigantes, com 60 cm de altura e 30 cm de diâmetro, com acabamento rústico, para ambientação e decoração, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	10
16	Carpete sintético para forração, confeccionado em material resistente, com espessura aproximada de 3 mm, proporcionando superfície uniforme e bom acabamento visual. Possui textura lisa e resina em ambos os lados, facilitando a limpeza e garantindo maior durabilidade. Material flexível, de fácil manuseio e corte, com 2,00 m de largura, comercializado por metro linear, conforme a necessidade, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	150
17	lâmpada de LED vintage, com design retrô e filamentos aparentes, em formato globo e vidro âmbar. Possui potência de 4 W, base E27 e funcionamento em tensão bivolt (100–240 V). Emite luz âmbar quente, proporcionando efeito decorativo aconchegante, aliando estética clássica a baixo consumo de energia e boa durabilidade, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	50

18	grama sintética com medida de 1x2m, confeccionada com fibras de polietileno e polipropileno de alta resistência, com altura média de 20 mm, tonalidade verde natural e acabamento que reproduz fielmente a aparência da grama natural, resistente a tráfego moderado, ideal para decoração e aplicação em praias, praças, parques e jardins públicos, proporcionando cobertura uniforme, textura macia e visual agradável, com fácil manutenção, alta durabilidade e boa adaptação a diferentes condições climáticas, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	20
19	Refletor LED Slim 50W, com tensão bivolt (110V/220V), proteção IP65 (resistente à água e poeira), carcaça na cor preta, corpo em alumínio com acabamento resistente à corrosão, potência de 50 watts, temperatura de cor 3000K (luz quente), alto rendimento luminotécnico e baixo consumo de energia. Equipamento adequado para iluminação externa em praças, decoração, jardins, fachadas e vias públicas, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	20
20	placas de folhagens artificiais pendentes, fabricadas em plástico, com dimensões de 60x90 destinadas à decoração do evento, proporcionando um toque natural e elegante ao ambiente, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Peças	150
21	bambolê carnavalesco vertical, confeccionado em plástico firme, com diâmetro de 1,20 m, revestido com fitas de cetim. Cada fita de cetim possui aproximadamente 1,40 m de comprimento, proporcionando melhor visibilidade e efeito luminoso durante o uso, sendo as cores de acordo com a escolha da Administração, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	10
22	bambolê carnavalesco estilo mandala, confeccionado em plástico firme, com diâmetro de 1,20 m, revestido com fitas de cetim. As fitas são dispostas radialmente a partir do centro, formando desenho tipo mandala, com composição multicolorida, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	10
23	fôão decorativo carnavalesco, confeccionado em tecido estampado multicolorido, com enchimento interno em espuma, proporcionando volume, leveza e melhor acabamento estrutural. A peça apresenta detalhes decorativos aplicados em tecido e adereços coloridos. Medidas aproximadas: 1,60 m de altura e 1,00 m de largura, incluindo montagem e manutenção.	Unidades	2
24	guarda-chuva sombrinha Frevo Dança, confeccionado em plástico poliéster com ferro galvanizado e madeira, medindo 50 cm de altura por 35 cm de diâmetro, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	100
25	figura decorativa de máscara G, 3D colorida, fabricada em estrutura de metalon, revestida em tecido. Possui acabamentos em fita de cetim, com toda a peça contornada por fita de LED, garantindo brilho uniforme, melhor acabamento visual e suavidade na iluminação. Medidas: 2,20 m de largura e 1,20 m de altura, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	4
26	figura decorativa de máscara gatinho, colorida, fabricada em estrutura de metalon, revestida em tecido. Possui acabamentos em fita de cetim, com toda a peça contornada por fita de LED, garantindo brilho uniforme, melhor acabamento visual e suavidade na iluminação. Medidas: 1,50 m de largura e 0,80 m de altura, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	4
27	tecido cetim, com largura de 3 metros, para decoração, cores a serem escolhidas pela administração, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	200
28	varal decorativo confeccionado em corda náutica com aplicação de fitas de cetim, medindo aproximadamente 40 x 10 cm cada fita, em pacotes/rolo de 50 metros, para decoração do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	35
29	bandeirolas plásticas, medidas 21x28 cm, pacote com 10 metros, para decoração do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Pacotes	100
30	bandeirolas de cetim, medidas 21x28 cm, pacote com 10 metros, para decoração do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Pacotes	400

31	bandeirolas de chita, medidas 21x28 cm, pacote com 10 metros, para decoração do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Pacotes	100
32	figura decorativa em formato de balão, confeccionado em nylon dublado, com dimensões de 200 cm de altura por 70 cm de diâmetro, estruturado em armação metálica (metalon) para sustentação e iluminação interna com lâmpada de filamento, destinado à ambientação e valorização estética do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	4
33	figura decorativa balão decorativo de nylon pequeno, com medidas de 35x35 cm, para decoração do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	300
34	figura decorativa espantalho confeccionado em tecido e espuma, com altura de 2 metros, para decoração do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	4
35	figura decorativa fogueira junina 3D, com pintura esmaltada, medidas de 120 cm de altura, 120 cm de largura e 100 cm de comprimento, espessura de 2 mm, para decoração do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2
36	portal junino/country, com pintura esmaltada, medidas de 260 cm de altura e 210 cm de largura, espessura de 2 mm, para decoração do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	4
37	tecido 100% juta natural, para artesanato e decoração, com largura de 1 metro, cor cru, para decoração do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	400
38	tecido chita estampada, para decoração do evento, com medidas de 1 metro de largura e comprimento variável conforme necessidade, em padrão de cores e estampas típicas, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	300
39	chapéu caipira de palha, modelo rústico, ideal para festas juninas, fantasias e decoração temática. Fabricado com 90% palha e 10% poliéster, leve e confortável, com medida de 34 cm de altura, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	200
40	chapéu country fabricado com 90% palha e 10% poliéster, leve e confortável para uso em decoração, com medida de 34 cm de altura, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	200
41	Fardo de feno compactado, medindo 1 metro de comprimento, 50 cm de largura e 40 cm de altura, para decoração temática do evento, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	30
42	corda de sisal com comprimento de 1 metro e diâmetro de 6 mm, confeccionada com fibras naturais de alta resistência, torção uniforme e acabamento rústico, ideal para uso em amarrações, decoração, jardinagem, artesanato e aplicações diversas em áreas internas e externas, oferecendo boa durabilidade, flexibilidade e resistência à tração, com aspecto natural e biodegradável, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Metros	100
43	casinha de madeira decorativa para Festa Junina, confeccionada em estrutura de madeira com acabamento rústico, em formato típico junino, com telhado em duas águas e cobertura em palha, telha ecológica ou material equivalente, garantindo estabilidade e segurança. O item deverá conter decoração temática junina com bandeirolas coloridas, tecidos estampados, palha e demais elementos característicos, destinados à composição cenográfica, conforme necessidades da Administração, atendendo às normas de segurança e qualidade para eventos públicos, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	4
44	painel decorativo temático junino, confeccionado em MDF, lona ou material equivalente, com impressão colorida de alta resolução, representando elementos típicos do São João, destinado à ambientação e registro fotográfico, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2
45	cascata de luz fixa, fio branco, luz quente de LEDs 220V com 10 metros de comprimento. Tipo de luz: fixa (não pisca), com voltagem de 220V e luz	Unidades	40

	amarela (branco quente). Fabricada em LED, com fio na cor branca e conector macho, saída fêmea, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.		
46	chuva de meteoros, composto por 8 tubos, com comprimento total aproximado de 2 metros, fio transparente, luz nas cores branco frio, branco quente, azul ou colorido, e tubo transparente. A voltagem é bivolt (110V/220V), com altura de 50 cm por tubo. O modo de uso é tanto interno quanto externo, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	20
47	cordão (piscas) de micro lâmpadas fixa, fio verde, com 500 LEDs, 8 funções de LED, luz branca, voltagem de 127V ou 220V, potência de 2.3W, comprimento de 9,5 metros e conector macho. O produto é resistente à água, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Rolos	200
48	cortina de LED, com 5 metros de comprimento e 2 metros de largura, contendo 300 LEDs, fio transparente, controle remoto com 8 funções e luz branca morna, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	20
49	figura decorativa Papai Noel Trade Presente 3D, fabricada em polietileno de alta densidade, material não reciclado, atóxico, antiaderente, com baixo coeficiente de atrito e isolante térmico, com 2 mm de espessura, nas medidas de 1,60 m de altura, 1,30 m de comprimento e 2 mm de largura. A base é totalmente resistente. , incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2
50	mangueira luminosa de led, medindo 100m de comprimento, 13mm de diâmetro, com 36 leds em cada metro, rolo com 100 m, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	22
51	painel para fachada "boas festas" colorido, fabricado em metalon e mangueira de led, nas medidas 8,00x2,50 metros (largura x altura), com base totalmente resistente e furos para fixação, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2
52	Bola de Natal (conjunto), composto por 6 bolas de natal nas cores vermelho, azul, dourado e prata, confeccionadas em fibra de vidro, com pintura em esmalte sintético e verniz, medindo 0,40m de diâmetro, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Kits	26
53	Festão Verde Aramado para Árvore de Natal, medindo 270 cm de comprimento e 30 cm de largura, composto por plástico e metal, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	30
54	Festão Imperial 180 cm x 100 t para decoração natalina, com 180 cm de comprimento, com aparência volumosa e acabamento em tonalidade verde, ideal para complementar ambientes internos e externos. O produto é composto por material plástico de alta qualidade e aramado metálico flexível, garantindo versatilidade e resistência para decorações diversas, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	80
55	Figura Decorativa Laço Completo P, medindo 0,40x 0,20 (altura e largura). Laço de Natal nas cores vermelho com dourado e glitter, confeccionado em poliéster e tecido, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	60
56	Revitalização de figuras decorativas para postes, confeccionadas em metalon, revestidas com mangueiras luminosas de 11mm, com serviços de solda e pintura metálica, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	30
57	Revitalização de árvore de natal luminosa, confeccionada em estrutura metálica com fechamento em cabo metálico ou tela metálica galvanizada hexagonal com 8 camadas, medindo 12 metros de altura e 8 metros de circunferência, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2
58	Revitalização de painel para fachada "boas festas" colorido, fabricado em metalon e mangueira de led, nas medidas 8,00x2,50 metros (largura x altura), com base totalmente resistente e furos para fixação, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2
59	Revitalização de figura decorativa Trenô Noel Trio Rena, com faixa e travessia, produzida em ferro, metalon e cordões de LED, com medidas de 8,00 m de largura e 1,80 m de altura. A base é totalmente resistente, com furos para fixação, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2

60	túnel iluminado, com dimensões de 3,0 m de altura, 2,0 m de largura e 5,0 m de comprimento. a estrutura é fabricada em metalon 20 mm x 20 mm, com suporte adequado para fixação ao solo, recebendo pintura em tinta esmalte sintético na cor branca, com proteção anticorrosiva, resistente à exposição às intempéries e livre de arranhões, manchas, partes danificadas ou qualquer outro elemento que possa comprometer sua apresentação visual ou integridade estrutural. o túnel é contornado e preenchido com mangueira luminosa led na cor branco quente, em pvc flexível extrusado de 13 mm de diâmetro, com cordão de led blindado, fio transparente, espaçamento aproximado de 0,10 m entre as lâmpadas, mínimo de 10 leds por metro e distância máxima de preenchimento entre cordões de 0,04 m, proporcionando efeito de iluminação homogênea. o fechamento é realizado com tela de silicone flexível, em cor compatível à do led utilizado, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2
61	letreiro "2027" 3d, fabricado em metalon com 2 metros de altura, sendo cada número com 0,80cm de e 0,30 m de profundidade, possuindo base totalmente resistente com furos para fixação, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2
62	enfeite natalino modelo rena luminosa com altura aproximada 1,40m com no mínimo 130 lâmpadas de led na cor branco quente. estrutura na cor branca. led blindado para uso em área externa. material: ferro e plástico. alimentação 220v, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2
63	anjo celestial com asas alta, com dimensões mínimas de: 2,20M de altura x 1,45m de largura x 0,80 de profundidade, fabricado em estrutura mínima de metalon 15mm x 15mm, com aplicação de tinta esmalte sintético com proteção anticorrosiva na cor branca, resistente a exposição às intempéries, livre de arranhões, manchas, partes danificadas ou qualquer outro elemento que afete sua apresentação visual ou integridade estrutural, contornado com aplicação de mangueira luminosa incandescente na cor azul (corpo) e branco frio (asas) branco quente (cabeça), em pvc flexível extrusado, de 13mm de diâmetro, preenchidas com cordão de led blindado na cor branco frio, alternado a cada 04 lâmpadas como uma lâmpada com efeito de "pisca" na cor branco frio (temperatura da cor entre 6000k e 6500k), fio transparente com espaçamento aproximado de 0,10m entre as lâmpadas e mínimo 10 leds por metro de cordão, com distância de preenchimento máxima entre cordões de 0,04m, lâmpadas led de 5mm ou mais. fechado com tela de silicone flexível na cor compatível a cor do led utilizado, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2
64	arabesco em formato de bota 3d com dimensões mínimas de: 2,00m de altura x 1,30m de largura x 0,80 de profundidade, fabricado em estrutura mínima de metalon 20mm x 20mm, com aplicação de tinta esmalte sintético com proteção anticorrosiva na cor branca, resistente a exposição às intempéries, livre de arranhões, manchas, partes danificadas ou qualquer outro elemento que afete sua apresentação visual ou integridade estrutural, contornado com mangueira luminosa incandescente na cor branco quente/branco frio, em pvc flexível extrusado, de 13mm de diâmetro, preenchidas com cordão de led blindado na cor vermelha e branco frio, alternado a cada 04 lâmpadas como uma lâmpada com efeito de "pisca" na cor branco frio (temperatura da cor entre 6000k e 6500k), fio transparente com espaçamento aproximado de 0,10m entre as lâmpadas e mínimo 10 leds por metro de cordão, com distância de preenchimento máxima entre cordões de 0,04m, lâmpadas led de 5mm ou mais. fechado com tela de silicone flexível na cor compatível a cor do led utilizado, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2
65	banco de lua, medindo 180cm de altura x 180cm de largura, banco confeccionado em ripas pintadas, medindo 0,60cm de largura, base de ferro com metalon 30x30, pintura automotiva, lua luminosa confeccionada em metalon 20x20, mangueira na cor branca com led branco, e 2500 leds de pisca branco, cordão leitoso na cor branca, blindado, plug macho e fêmea para	Unidades	2

	melhor encaixe, bivolt, aterramento e ligações com fita de auto fusão, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.		
66	árvore cerejeira com 3 metros de altura x 2,00 metros de largura, função rgb mínimo de 06 cores, contendo no mínimo 04 galhos, folhagem, contendo mínimo de 8000 folhas, e mínimo de 8000 leds na função rgb, tronco tipo natural na cor marrom, composta de ferro, gesso e fibra para melhor durabilidade e suporta chuvas e ventos, com suporte de fixação de 20cm de largura x 1,00m de altura para fixação em solo, aterramento com barra de 1,5m, pintura a base de agua, tensão 220v, cabos de aço para dar suporte a árvore, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2
67	árvore de natal luminosa, confeccionada em estrutura metálica com fechamento em cabo metálico ou tela metálica galvanizada hexagonal, medindo 3 metros de altura e 1,5 metros de circunferência, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2
68	vela natalina decorada 3d fabricada em p.s, 2mm de espessura, medindo 2,05m x 0,40m (altura x largura), base resistente em madeira com furos para fixação. acabamento liso e pintura esmaltada. cores a definir, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2
69	estrela 5 pontas 3d, dimensões mínimas de: 1,80m de altura x 1,80m de largura x 0,35 de profundidade e suporte de fixação ao solo, fabricado em estrutura mínima de metalon 20mm x 20mm, com aplicação de tinta esmalte com proteção anticorrosiva na cor branca resistente a exposição às intempéries, livre de arranhões, manchas, partes danificadas ou qualquer outro elemento que afete sua apresentação visual ou integridade estrutural, contornado com aplicação de mangueira luminosa incandescente na cor (à definir), em pvc flexível extrusado, de 13mm de diâmetro, preenchido com cordão de led blindado (à definir), fio transparente com espaçamento aproximado de 0,10m entre as lâmpadas e mínimo 10 leds por metro de cordão, com distância de preenchimento máxima entre cordões de 0,04m, lâmpadas led de 5mm ou mais, formando ao centro um pequena estrela sem preenchimento e contornada com mangueira de led na mesma especificação acima. fechado com tela de silicone flexível na cor compatível a cor do led utilizado, incluindo montagem, desmontagem e manutenção.	Unidades	2

06. Levantamento de Mercado

Observando contratações similares em outros órgãos públicos do estado do Maranhão, as modalidades mais utilizadas foram Pregão, Dispensa e Concorrência, compreendendo os seguintes modelos para obter artigos de decoração:

1. Aquisição (compra definitiva)

- Inserida nos processos de licitação e registro de preços.
- Normalmente aplicada em projetos de ambientação permanente, reformas de prédios públicos e espaços institucionais.

Vantagens:

- Gera patrimônio público duradouro.
- Evita gastos recorrentes em eventos semelhantes.
- Permite padronização estética dos ambientes institucionais.



Desvantagens:

- Alto custo inicial.
- Necessidade de equipe técnica para montagem e desmontagem.
- Exige espaço físico adequado para armazenamento e conservação.
- Risco de obsolescência estética ou de inutilização em caso de mudanças de demanda.

2. Locação (aluguel temporário)

- Utilizada em eventos oficiais, campanhas institucionais, cerimônias e ações pontuais.
- Contratada por meio de pregão ou dispensa de licitação, quando se trata de valores reduzidos e necessidades emergenciais.

Vantagens:

- Baixo custo inicial e maior previsibilidade orçamentária.
- Flexibilidade estética: possibilidade de variar conforme o evento.
- Não exige espaço de armazenamento nem manutenção.
- Inclui, em muitos contratos, serviços de montagem e desmontagem.

Desvantagens:

- Não gera patrimônio público.
- Dependência da disponibilidade dos fornecedores.
- Pode se tornar onerosa em caso de uso recorrente e frequente.

Análise das Opções de Mercado

Considerando que o órgão **não possui equipe técnica para montagem e desmontagem**, nem **local adequado para conservação e armazenamento** dos artigos de decoração, a **locação** se mostra a alternativa mais vantajosa.

- A contratação por locação transfere ao fornecedor a responsabilidade pela logística, montagem e desmontagem.
- Elimina custos de manutenção e riscos de deterioração por falta de espaço adequado.
- Permite maior flexibilidade estética, adaptando-se a diferentes tipos de eventos e campanhas.



Cumpre destacar, que os requisitos da contratação se mostraram adequados para possibilitar a análise do mercado e não restringir desnecessariamente a competitividade de uma futura licitação.

7. Estimativa do Valor da Contratação

Em conformidade com o disposto no art. 23, incisos II e IV da Lei nº 14.133/2021, o setor de Compras da Prefeitura realizou pesquisa de preços junto a fornecedores locais e nacionais, bem como análise de contratações similares registradas no **Banco de Preços, em anexo**.

A pesquisa considerou tanto a **necessidade de artigos de decoração** quanto a **locação para eventos institucionais**, incluindo serviços de montagem e desmontagem, conforme práticas de mercado.

Após a consolidação dos dados e análise críticas dos preços, foi apurado o **valor global estimado da contratação em R\$ 775.625,16** (setecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezesseis centavos).

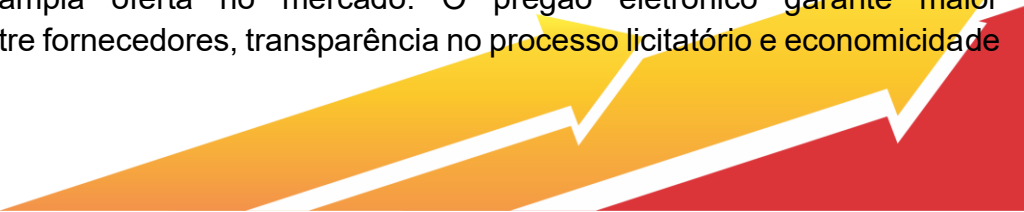
Este valor reflete a média ponderada das cotações obtidas, garantindo maior aderência às condições de mercado e observando os critérios de economicidade e eficiência previstos na legislação.

8. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na **contratação de serviços de locação de estruturas e artigos de decoração** destinados a atender às demandas de eventos institucionais e ações oficiais promovidas pelo órgão público. A opção pela **locação**, em detrimento da aquisição definitiva, foi adotada considerando a inexistência de equipe técnica própria para montagem e desmontagem, bem como a ausência de espaço físico adequado para conservação e armazenamento dos bens.

A locação permite que o fornecedor contratado assuma integralmente as responsabilidades pela logística, montagem, desmontagem e manutenção dos itens, garantindo maior eficiência operacional e eliminando custos adicionais de conservação patrimonial. Além disso, assegura flexibilidade estética, possibilitando a adequação da ambientação conforme o tipo e porte de cada evento, sem comprometer o orçamento público com gastos recorrentes de aquisição e manutenção de bens permanentes.

Para viabilizar a contratação, será adotada a **modalidade Pregão Eletrônico**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, por se tratar de bens e serviços comuns, de fácil especificação e ampla oferta no mercado. O pregão eletrônico garante maior competitividade entre fornecedores, transparência no processo licitatório e economicidade



para a Administração Pública, além de permitir ampla participação de empresas locais e nacionais.

Justificativa para Solicitação de Atestados de Capacidade Técnica

A exigência de atestados de capacidade técnica como requisito de habilitação técnico-operacional encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração Pública a adotar critérios que assegurem a execução adequada do objeto licitado.

No caso da contratação de serviços de locação de estruturas e artigos de decoração, trata-se de atividade que envolve logística especializada, montagem e desmontagem de itens de grande porte, além da necessidade de cumprimento de prazos rígidos e atendimento a padrões de qualidade e segurança. A ausência de comprovação técnica por parte do fornecedor pode acarretar riscos relevantes, como atrasos na entrega, falhas na montagem, danos ao patrimônio público ou inadequação estética dos ambientes.

Assim, a solicitação de atestados de capacidade técnica visa:

- Garantir a qualificação do fornecedor, assegurando que já tenha executado serviços similares em quantidade e porte compatíveis.
- Mitigar riscos operacionais, reduzindo a probabilidade de falhas na execução contratual.
- Assegurar a economicidade e eficiência da contratação, evitando gastos adicionais com correções, retrabalhos ou substituições.
- Proteger o interesse público, garantindo que os eventos institucionais sejam realizados com qualidade, segurança e dentro dos prazos estabelecidos.

Portanto, a exigência de atestados de capacidade técnica não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária para assegurar que apenas empresas com experiência comprovada em serviços similares participem do certame, garantindo a plena execução do objeto e a satisfação das necessidades da Administração.

Nesse sentido, deve a licitante comprovar por meio de atestados de capacidade técnica, a locação ou fornecimento de artigos de decoração similares a descrição dos itens:

- a) *“no mínimo, 01 (um) túnel iluminado com dimensões 3mX2mX5m, em metalon 20X20 mm, com suporte adequado para fixação ao solo, com estrutura iluminada, ou superiores”,*
- b) *“no mínimo, 01 (uma) figura decorativa de no mínimo 2 metros de altura, em espuma, para eventos, ou superior” e,*
- c) *“no mínimo, 01 (um) painel para fachada colorido, fabricado em metalon (ou similar) e mangueira de led, nas medidas 8,00x2,50 metros (largura x altura), ou superior”.*

Essas parcelas foram escolhidas por sua relevância financeira em relação a lista de ornamentos de decoração e por representarem a capacidade técnica pretérita de

empresas que atuam no ramo, transmitindo a confiança e segurança necessária para a contratação dessa locação, ano após ano para todas as festividades do município. Além disso, as parcelas não ultrapassaram 50% dos quantitativos exigidos.

Justificativa para Exigência de Garantia da Proposta

A exigência de **garantia da proposta no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado da licitação**, correspondente ao montante de **R\$ 775.625,16 (setecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezesseis centavos)**, encontra respaldo na **Lei nº 14.133/2021**, que autoriza a Administração Pública a adotar mecanismos de proteção para assegurar a seriedade das propostas apresentadas.

A garantia da proposta tem como finalidade:

- **Assegurar a boa-fé dos licitantes**, evitando a apresentação de propostas inexequíveis ou sem real intenção de cumprimento.
- **Mitigar riscos de desistência injustificada**, que poderiam comprometer a eficiência do processo licitatório e gerar atrasos na contratação.
- **Proteger o interesse público**, garantindo que apenas empresas com efetiva capacidade econômico-financeira participem do certame.
- **Promover maior segurança jurídica**, reduzindo a possibilidade de prejuízos à Administração em caso de descumprimento das condições ofertadas.

O percentual de **1% do valor estimado** foi definido de forma proporcional e razoável, em conformidade com os limites legais, não representando barreira à competitividade, mas sim medida preventiva para assegurar a regularidade e a efetividade da licitação.

Assim, a exigência da garantia da proposta, fixada em **R\$ 7.756,25 (sete mil, setecentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)**, correspondente a 1% do valor estimado da contratação, constitui instrumento legítimo e necessário para resguardar o processo licitatório, garantindo maior comprometimento dos licitantes e a adequada execução do objeto.

Justificativa para enquadramento como serviços contínuos

A contratação de serviços de **locação de artigos de ornamentação e decoração** para eventos culturais no município de Porto Franco-MA, de forma contínua, encontra respaldo nos **arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021**, que tratam da possibilidade de contratações contínuas e da prorrogação de contratos de prestação de serviços, quando houver necessidade de continuidade para assegurar a adequada prestação das atividades públicas.

Os eventos culturais promovidos pelo município possuem caráter recorrente e **estratégico**, voltados à valorização da identidade local, promoção do turismo, **fortalecimento da economia criativa e integração social da comunidade**. Para garantir a qualidade e a

padronização da ambientação desses eventos, faz-se necessária a contratação contínua de serviços especializados, que assegurem:

- **Disponibilidade permanente de estruturas e artigos de ornamentação**, adequados às diferentes tipologias de eventos culturais (festas tradicionais, festivais, cerimônias oficiais, exposições).
- **Serviços de montagem e desmontagem**, realizados por equipe técnica do fornecedor, eliminando a necessidade de recursos humanos próprios da Administração.
- **Flexibilidade estética e logística**, permitindo adequação da decoração conforme o porte e a temática de cada evento.
- **Eficiência administrativa**, evitando a realização de múltiplos processos licitatórios para demandas recorrentes e garantindo economicidade por meio de contrato contínuo.

A adoção da **locação**, em vez da aquisição definitiva, é justificada pela ausência de espaço físico adequado para armazenamento e conservação dos artigos, bem como pela necessidade de constante renovação estética, o que seria inviável com bens permanentes.

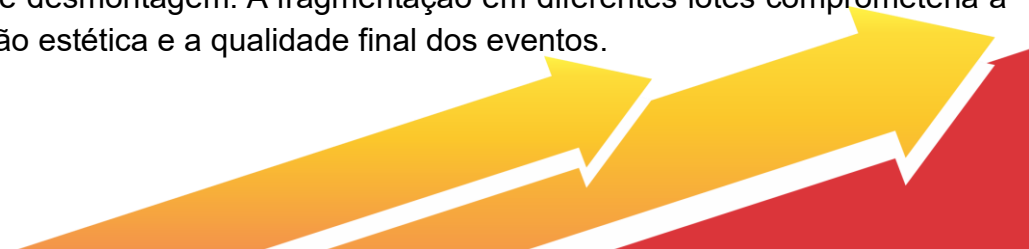
A escolha da **modalidade Pregão Eletrônico** atende ao disposto na Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviços comuns, de fácil especificação e ampla oferta no mercado, assegurando maior competitividade, transparência e economicidade.

A prestação contínua dos serviços de locação de artigos de ornamentação e decoração para eventos culturais em Porto Franco-MA é medida necessária para garantir a regularidade e qualidade das atividades culturais do município. Fundamentada nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, a contratação contínua assegura eficiência administrativa, economicidade e atendimento pleno ao interesse público, consolidando a política municipal de valorização cultural e promoção social.

9. Justificativa para o parcelamento ou não da contratação

Após análise do objeto — **locação de artigos de ornamentação e decoração para eventos culturais no município de Porto Franco-MA** — conclui-se que o parcelamento não se justifica, pelos seguintes motivos:

- **Unidade técnica do objeto**: a locação de artigos de ornamentação e decoração envolve fornecimento integrado de estruturas, peças decorativas, transporte, montagem e desmontagem. A fragmentação em diferentes lotes comprometeria a padronização estética e a qualidade final dos eventos.



- **Responsabilidade única do fornecedor:** ao manter o objeto em lote único, garante-se que um único contratado seja responsável por toda a execução, evitando conflitos de atribuições, falhas de coordenação e dificuldades na fiscalização contratual.
- **Eficiência administrativa:** a contratação global simplifica o processo licitatório e a gestão contratual, reduzindo a necessidade de múltiplos contratos, fiscalizações e pagamentos, o que gera maior racionalidade administrativa.
- **Economicidade:** a contratação em lote único permite maior poder de negociação e obtenção de preços mais vantajosos, já que o fornecedor pode otimizar logística e recursos, evitando sobrecustos decorrentes da fragmentação.
- **Adequação ao interesse público:** a execução integrada assegura maior qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços, garantindo que os eventos culturais sejam realizados com segurança, estética adequada e dentro dos prazos estabelecidos.

Ademais, o parcelamento não se mostra técnica e economicamente viável, representando um risco para a soluções incompletas, com consequente atraso no atendimento da necessidade da Administração, interrupção dos serviços de manutenção das estruturas.

Da mesma forma, o parcelamento excessivo da solução, levando ao desinteresse do mercado em competir por parcelas fracionadas em excesso, pois tais parcelas, isoladamente, são economicamente pouco atrativas aos potenciais fornecedores, com consequente adjudicação somente dos itens maiores.

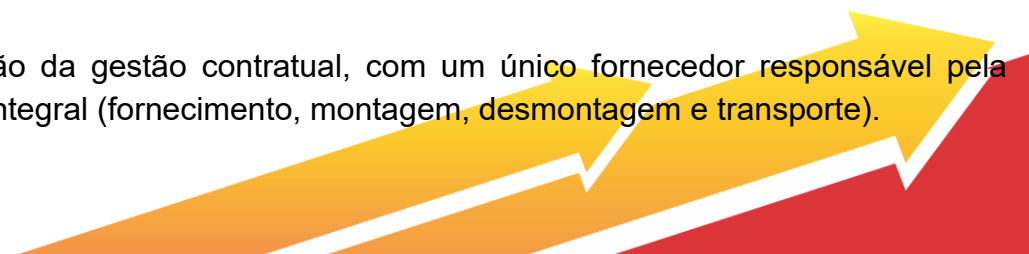
Diante da análise técnica e administrativa, conclui-se que o **parcelamento da contratação não se justifica**, devendo o objeto ser licitado em lote único. Essa decisão assegura a unidade técnica, a eficiência administrativa, a economicidade e a plena satisfação do interesse público, em conformidade com os princípios da **Lei nº 14.133/2021**.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos

A contratação de serviços de **locação de artigos de ornamentação e decoração para eventos culturais no município de Porto Franco-MA**, por meio de **Pregão Eletrônico**, tem como resultados esperados:

1. Eficiência Administrativa

- Redução da necessidade de múltiplos processos licitatórios para cada evento cultural.
- Simplificação da gestão contratual, com um único fornecedor responsável pela execução integral (fornecimento, montagem, desmontagem e transporte).



2. Economicidade

- Eliminação de custos relacionados à aquisição, manutenção, armazenamento e conservação de bens permanentes.
- Obtenção de preços mais vantajosos pela contratação em lote único, com otimização logística por parte do fornecedor.

3. Qualidade e Padronização

- Garantia de ambientação estética adequada e padronizada para diferentes tipos de eventos culturais (festas tradicionais, festivais, cerimônias oficiais, exposições).
- Atendimento às exigências de segurança, funcionalidade e estética, assegurando a boa imagem institucional do município.

4. Flexibilidade e Inovação

- Possibilidade de constante renovação da ambientação, evitando obsolescência dos materiais.
- Adequação da decoração conforme o porte e a temática de cada evento, fortalecendo a identidade cultural local.

5. Redução de Riscos Operacionais

- Transferência da responsabilidade de montagem, desmontagem e transporte ao fornecedor especializado.
- Mitigação de falhas decorrentes da ausência de equipe técnica própria do órgão.

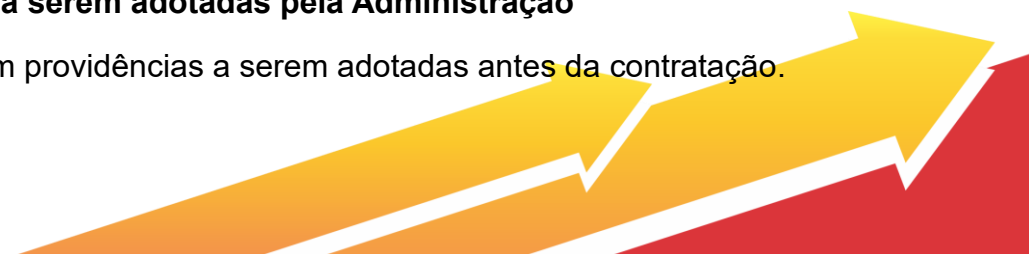
6. Atendimento ao Interesse Público

- Realização de eventos culturais com qualidade, segurança e dentro dos prazos estabelecidos.
- Promoção da valorização cultural, integração social e fortalecimento da economia criativa do município.

Com a adoção da locação contínua de artigos de ornamentação e decoração, pretende-se alcançar **eficiência administrativa, economicidade, qualidade estética, flexibilidade e redução de riscos**, assegurando a plena realização dos eventos culturais de Porto Franco-MA em conformidade com os princípios da **Lei nº 14.133/2021** e com o interesse público.

11. Providências a serem adotadas pela Administração

Não se vislumbram providências a serem adotadas antes da contratação.



12. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se aplica.

13. Descrição de possíveis impactos ambientais

A contratação de serviços de **locação de artigos de ornamentação e decoração para eventos culturais no município de Porto Franco-MA** pode gerar impactos ambientais que devem ser considerados pela Administração Pública, em conformidade com os princípios da sustentabilidade previstos na **Lei nº 14.133/2021**.

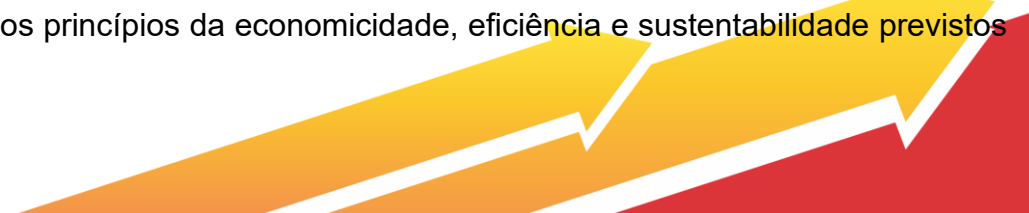
Impactos Potenciais

- **Geração de resíduos sólidos:** embalagens, materiais descartáveis utilizados na montagem e desmontagem, além de eventuais peças decorativas de curta durabilidade.
- **Consumo de energia elétrica:** uso de iluminação decorativa e equipamentos auxiliares durante os eventos.
- **Emissões de gases poluentes:** transporte dos materiais e estruturas até os locais de realização dos eventos, especialmente em deslocamentos de longa distância.
- **Uso de materiais não recicláveis:** artigos de ornamentação produzidos com plásticos de difícil reaproveitamento ou outros insumos de baixo ciclo de vida.

Medidas Mitigadoras

- **Exigir do fornecedor práticas sustentáveis**, como utilização de materiais reutilizáveis, recicláveis ou biodegradáveis.
- **Planejamento logístico eficiente**, reduzindo deslocamentos desnecessários e otimizando o transporte dos artigos.
- **Gestão adequada de resíduos**, com coleta seletiva e destinação correta dos materiais descartados.
- **Adoção de tecnologias de baixo consumo energético**, como iluminação LED e equipamentos sustentáveis.

Embora a contratação envolva riscos ambientais relacionados a resíduos, transporte e consumo energético, tais impactos podem ser mitigados por meio de exigências contratuais e boas práticas de sustentabilidade. Dessa forma, a Administração assegura que os eventos culturais sejam realizados com responsabilidade ambiental, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade previstos na legislação.



14. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação

Após análise técnica, administrativa e legal, conclui-se que a contratação de serviços de locação de artigos de ornamentação e decoração para eventos culturais no município de Porto Franco-MA é plenamente **viável** e necessária para atender às demandas institucionais.

15. Previsão no Plano de Contratação Anual

A Prefeitura Municipal de Porto Franco/MA, tendo em vista que em 2025 ainda estava implantando os mecanismos de planejamento da nova lei de licitações, não elaborou o Plano Anual de Contratações para o exercício de 2026, o que será providenciado para o exercício de 2027.

16. Responsáveis

16.1 A equipe de planejamento da contratação será composta pelos seguintes servidores:

- a) MARIA CLARA DE SOUSA MILHOMEM - Coordenadora de Cultura - Matrícula nº 947754;
- b) JOSE CARLOS DA SILVA - Coord. do Gab. Adm. de Juv., Cult., Tur., Esporte e Lazer, Matrícula nº 949201;

17. LISTA DE ANEXOS:

Anexo I – Mapa de Riscos

Anexo II – Cotação de Preços

Porto Franco/MA, 16 de abril de 2026.

MARIA CLARA DE SOUSA MILHOMEM
Equipe de Planejamento - Matrícula nº 947754

JOSE CARLOS DA SILVA
Equipe de Planejamento, Matrícula nº 949201



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO

MAPA DE RISCOS

ETAPA: CRIAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO	
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato	
RISCO: Ausência de ato designatório da Equipe de Planejamento de Contratação.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	(X) Baixa () Média () Alta
DANO:	Descumprimento de formalidade legal.
AÇÃO PREVENTIVA:	Adotar checklist dos procedimentos a serem realizados para o planejamento de contratação.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Providenciar o ato de designação formal da equipe de planejamento.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração

ETAPA: ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES	
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato	
RISCO: Estudos preliminares deficientes.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa (X) Média (X) Alta
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação deficiente, gastos com processo licitatório ineficiente.
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar checklist que contemple, no que couber, os requisitos previstos na lista de verificação de licitação para compras e serviços, exceto engenharia e TIC, da AGU.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.

ETAPA: ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES	
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato	
RISCO: Contratação e/ou aquisição com preços acima dos praticados no mercado local	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário

AÇÃO PREVENTIVA:	1. Realizar ampla pesquisa de preços junto mercado, e sites governamentais, conforme previsto em legislação 2. Sempre que aditar o contrato, será feita pesquisa de mercado.
RESPONSÁVEL:	1. Equipe de Planejamento
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Não renovar o contrato, caso verificado a materialização do risco.
RESPONSÁVEL:	1. Equipe de Planejamento

ETAPA: ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato	
RISCO: Falha na elaboração do termo de referência.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação deficiente, gastos com processo licitatório ineficiente.
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar checklist que identifique, no que couber, os requisitos previstos no art. 30, da IN/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Revisão do termo de referência com inclusão das instruções ausentes.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.

ETAPA: APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato	
RISCO: Ausência de aprovação do termo de referência.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	(X) Baixa () Média () Alta
DANO:	Atraso na contratação do objeto.
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de checklist com item de aprovação do TR pela autoridade competente.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Encaminhar à autoridade competente o processo para aprovação do Termo de Referência.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.

ETAPA: DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO OU PREGOEIRO	
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato	
RISCO: Ausência de designação formal da comissão de contratação ou do pregoeiro.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	(X) Baixa () Média () Alta
DANO:	Ausência de designação formal da comissão de contratação ou do pregoeiro.

AÇÃO PREVENTIVA:	Identificar no processo, ato formal da autoridade competente designando a equipe do pregão.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Providenciar o ato de designação da equipe de pregão.
RESPONSÁVEL:	Gabinete do Prefeito

ETAPA: ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO	
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato	
RISCO: Restrição da competitividade, impugnação do edital.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Atraso ou anulação da licitação. Custos para a Administração.
AÇÃO PREVENTIVA:	Submissão do processo a análise da Procuradoria Geral do Município. Verificar a existência de cláusulas nulas e/ou restritivas.
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação / Pregoeiro/Secretaria Municipal de Administração
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Readequação do edital com retirada de cláusulas nulas e/ou restritivas.
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação / Pregoeiro.

ETAPA: PUBLICAÇÃO / DIVULGAÇÃO DO EDITAL	
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato	
RISCO: Ausência de publicação do edital.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa (X) Média () Alta
DANO:	Anulação dos atos praticados.
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de checklist contemplando o item "publicação/divulgação do edital".
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação / Pregoeiro.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Providenciar a publicação e reiniciar a contagem do prazo de apresentação da proposta.
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação / Pregoeiro.

ETAPA: FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato	
RISCO: Não assinatura do contrato.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Atraso na contratação dos serviços. Custos para a Administração.
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificação na fase de habilitação do certame que o fornecedor reúne todos os requisitos habilitatórios exigidos em edital.

RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação / Pregoeiro / Equipe de Apoio
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Reabertura do certame e volta de fases na licitação para convocação do fornecedor mais bem classificado.
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação / Pregoeiro

ETAPA: PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

RISCO: Falta de publicidade do ato administrativo

PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	(X) Baixa () Média () Alta
DANO:	Descumprimento de formalidade legal.
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de checklist contemplando o item "publicação do contrato".
RESPONSÁVEL:	Setor de Contratos
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Publicar o contrato tão logo seja detectado a ausência de publicidade.
RESPONSÁVEL:	Setor de Contratos

ETAPA: DESIGNAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO

() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

RISCO: Designação de servidor sem capacidade técnica para desempenho da atividade.

PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Comprometimento dos resultados esperados. Falhas na fiscalização do contrato.
AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato. Promover capacitação dos fiscais/gestor do contrato.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Substituir fiscal não capacitado para a fiscalização do objeto contratado.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração

ETAPA: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

RISCO: Falha na prestação dos serviços - Interrupção temporária dos serviços por quaisquer razões.

PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Serviço prestado de forma ineficiente e inconforme, podendo gerar riscos à segurança dos alunos e/ou atraso na entrega da obra
AÇÃO PREVENTIVA:	Acompanhar a execução contratual, de modo a prever situações que possam dar causa à interrupção dos serviços.
RESPONSÁVEL:	Fiscal do Contrato

AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual.
RESPONSÁVEL:	Gestor do Contrato.

ETAPA: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato	
RISCO: Execução em desacordo com o contrato.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário, responsabilização subsidiária da Administração.
AÇÃO PREVENTIVA:	Notificar e solicitar a resolução imediata.
RESPONSÁVEL:	Gestor de Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Aplicar sanções previstas no contrato.
RESPONSÁVEL:	Secretaria de Administração

ETAPA: ALTERAÇÕES DO CONTRATO	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato	
RISCO: Desequilíbrio do contrato; percentuais superiores aos fixados na norma, jogo de planilha.	
PROBABILIDADE:	() Baixa () Média (X) Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Atentar para os requisitos legais sobre acréscimos e supressões de quantidades. Adotar controles adicionais como sistemas ou planilhas, dentre outros correlatos.
RESPONSÁVEL:	Gestor do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Realizar os ajustes necessários e, adotar medidas de ressarcimento.
RESPONSÁVEL:	Secretaria de Administração

ETAPA: REPACTUAÇÕES / REAJUSTES DO CONTRATO	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato	
RISCO: Desequilíbrio do contrato; Uso de índices distintos dos fixados no contrato; Análise inadequada das planilhas; Jogo de planilha.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar, no contrato, critérios distintos para ajuste dos preços (índices). Contar com apoio profissional da área na análise das planilhas. Realizar pesquisa de mercado, com vista a constatar a permanência da vantajosidade do contrato.
RESPONSÁVEL:	Gestor de Contrato

AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Ajustar os preços conforme o contrato; apurar valores pagos a maior, a fim de que sejam efetuadas retenções. Negociar preços mais vantajosos.
RESPONSÁVEL:	Secretaria de Administração

ETAPA: GARANTIAS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato	
RISCO: Não apresentação de garantias	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Exigir, como condição para início dos serviços, garantias de execução contratual para cobertura de prejuízos a terceiros.
RESPONSÁVEL:	Gestor de Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Retenção de valores correspondentes a garantia até sua efetivação. Execução da apólice de seguro.
RESPONSÁVEL:	Secretaria de Administração

ETAPA: PAGAMENTO DOS SERVIÇOS	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato	
RISCO: Não retenção dos valores dos impostos	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa (X) Média () Alta
DANO:	Responsabilização subsidiária e substituição tributária.
AÇÃO PREVENTIVA:	Certificar-se dos percentuais e valores que deverão ser retidos, de acordo com o Código Tributário do local da prestação dos serviços.
RESPONSÁVEL:	Contabilidade Geral do Município
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Reter e enviar os valores para seus respectivos destinos.
RESPONSÁVEL:	Contabilidade Geral do Município

ETAPA: EXECUÇÃO E ENCERRAMENTO DO CONTRATO	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato	
RISCO: Falência da empresa, descontinuidade do contrato ou de abandono por parte da empresa	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Serviços não serem prestados, impactando as atividades fim e meio
AÇÃO PREVENTIVA:	Fiscalização constante
RESPONSÁVEL:	Gestor de Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Contratação emergencial e nova licitação, acionamento do seguro-garantia, em caso de prejuízo.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

ETAPA: SANÇÕES	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato	
RISCO: Rito processual inadequado ou que não oferece garantias do contraditório e ampla defesa.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos.
AÇÃO PREVENTIVA:	Estabelecer, mediante normativo interno, os ritos do processo administrativo disciplinar.
RESPONSÁVEL:	Controladoria
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada.
RESPONSÁVEL:	Procuradoria do Município

ETAPA: ENCERRAMENTO DO CONTRATO	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato	
RISCO: Não observar se requisitos do contrato foram plenamente atendidos.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa (X) Média () Alta
DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar a inexistência de ressarcimentos.
RESPONSÁVEL:	Fiscal do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Notificar a contratada para regularizar as pendências, comunicar a seguradora dos inadimplimentos, reter valores até o limite do ressarcimento.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana /Gestor do contrato

Porto Franco/MA, 16 de abril de 2026.

MARIA CLARA DE SOUSA MILHOMEM
Equipe de Planejamento - Matrícula nº 947754

JOSE CARLOS DA SILVA
Equipe de Planejamento, Matrícula nº 949201



ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2026
PROC. ADM. Nº 021/2026-SMA

**CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE ENTRE
SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE
PORTO FRANCO-MA, ATRAVÉS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE _____
E A EMPRESA _____,
NA FORMA ABAIXO:**

O **MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.208.946/0001-24, com sede e foro na Praça Demétrio Milhomem, n.º 10, Centro, nesta cidade de Porto Franco/MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE _____, por sua titular a Secretária de _____, brasileiro(a), _____, servidor(a) público(a) municipal, portador(a) da cédula de Identidade RG n.º _____, SSP-____, inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, residente e domiciliado(a) na _____, na cidade de ____/____, Ordenador(a) de Despesas através do Decreto Municipal nº. ____/202____ de _____, doravante denominada como **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, sediada na _____, em _____, neste ato representada por _____ (nome e função no contratado), doravante designado **CONTRATADO**, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 021/2026-SMA e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para Locação de Artigos de Decoração e Ornamentação para atender as demandas e eventos culturais do município de Porto Franco-MA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	V. Unit.	V. Total
1					
2					
3					
VALOR TOTAL R\$					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, combustível e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Além das obrigações previstas no ETP, anexo ao processo, que tratam das particularidades do objeto, elenca-se as seguintes obrigações:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, ETP e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.6. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.1.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:
 - (1) Moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 1% a 5% do valor do Contrato.
 - (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 2% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os

efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: _____.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a

formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em Porto Franco - MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Porto Franco-MA, ____ de _____ de ____.

SECRETARIA MUNICIPAL DE _____
_____- Ordenador(a) de Despesas
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXX - Representante Legal
CONTRATADA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026 – SRP
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2026-PMPF**

O MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 06.208.946/0001-24, com sede e foro na Praça Demétrio Milhomem, 10, Centro, na cidade de Porto Franco/MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, representada por sua titular, a Secretária de Administração, Valderice da Mota Neves, brasileira, divorciada, servidora pública municipal, portadora da cédula de Identidade RG nº. 029076532005-0, SSP-MA, inscrita no CPF/MF sob o nº. 343.896.523-20, residente e domiciliado na Praça Gonçalves Dias, nº 325, Centro, nesta cidade de Porto Franco/MA, nomeada Ordenadora de Despesa através do Decreto Municipal nº. __, de __ de ____ de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XXX/2026, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão de _____, Processo Administrativo nº 021/2026-SMA, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº. XXX/2026, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº. 15/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Contratação de empresa especializada para Locação de Artigos de Decoração e Ornamentação para atender as demandas e eventos culturais do município de Porto Franco-MA, conforme especificado no item 1.1 do Termo de Referência, anexo do edital Pregão Eletrônico nº XXX/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O Órgão Gerenciador desta ATA será a Secretaria Municipal de Administração.

3.2. Além do Órgão Gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.

5.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no DOM, podendo ser prorrogada por igual período,



mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, possibilitada a renovação do saldo da ata, nos termos do Decreto Municipal nº 015/2024.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

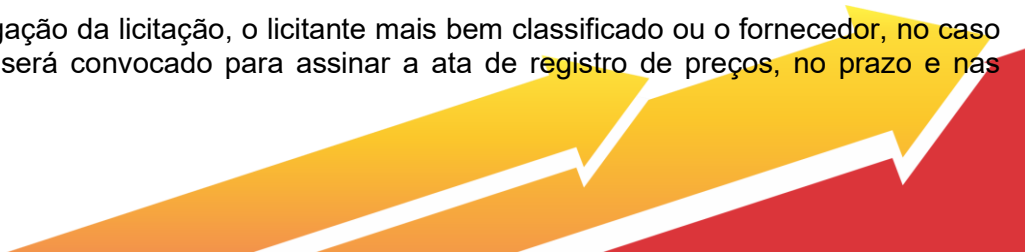
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas



condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso da prestação nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a prestação pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.1. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.2. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.

7.1.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.3. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

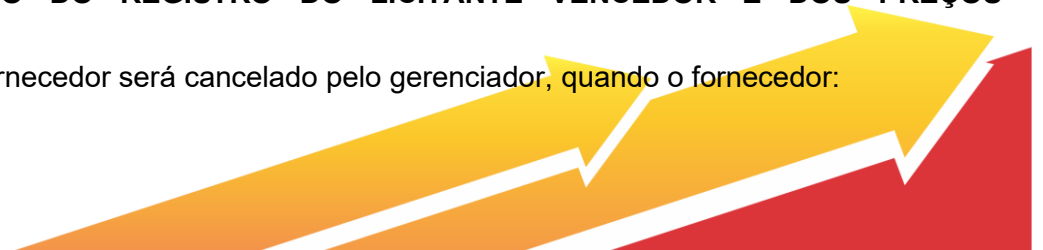
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:



- 8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 8.4.1. Por razão de interesse público;
- 8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.



10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Porto Franco/MA, XX de XXXXXXXXXX de 2026.

Assinaturas

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante legal do órgão gerenciador e

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

